A 1 de abril de 1998 ingressou na carreira de técnica superior de Serviço Social na Divisão Socioeducativa da Câmara Municipal de Évora, com funções de apoio técnico na área social, desenvolvimento social e apoio ao associativismo social.

De 15 de abril de 2002 a 14 de julho de 2002 exerceu, no Instituto Público para o Desenvolvimento Social, as funções de técnica da Equipa de Implementação e Acompanhamento da Rede Social.

De 15 de julho de 2002 a 1 de agosto de 2004 voltou a integrar a Divisão de Ação Educativa da Câmara Municipal de Évora, coordenando a respetiva equipa de habitação e apoiando tecnicamente a Vereadora do Pelouro na criação da Empresa Municipal de Habitação Social do Município (setembro de 2003 a julho de 2004).

De agosto a novembro de 2004 integrou a equipa de criação da Empresa Municipal de Habitação Social da Câmara Municipal de Évora, coordenando o respetivo Serviço Social, em regime de destacamento.

De novembro de 2004 a abril de 2008 exerceu as funções de Chefe da Divisão de Ação Social, Associativismo e Juventude.

De fevereiro de 2008 a junho de 2011 exerceu em regime de requisição, as funções de Adjunta do Gabinete de Apoio Pessoal da Governadora Civil.

Entre janeiro de 2009 e dezembro de 2010 exerceu atividades de Mediadora de Cursos EFA e de Formadora Profissional, ao serviço da Fundação Alentejo.

Desde 1 de julho de 2011 a exercer funções de técnica superior na Câmara Municipal de Évora, prestando apoio à Assembleia Municipal, a meio tempo, desde 1 de março de 2013.

Nos termos do n.º 10 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação atual, o presente despacho produzirá efeitos a partir do dia 19 de dezembro corrente.

16 de dezembro de 2013. — O Presidente da Câmara, *Bernardino António Bengalinha Pinto*.

307495866

MUNICÍPIO DA VIDIGUEIRA

Aviso n.º 339/2014

No âmbito do Processo Disciplinar n.º 1/2013 e nos termos do n.º 2 do artigo 49.º do Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores que Exercem Funções Públicas, aprovado pela Lei n.º 58/2008, de 9 de setembro, notifico o arguido Francisco dos Reis Gomes Cano Baía, com último domicílio conhecido no Beco das Eiras, 8, 7960-024 Pedrógão, de que contra ele está a correr trâmites o processo disciplinar acima identificado, e que no mesmo foi deduzida acusação para, querendo, apresentar defesa, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de publicação do presente aviso, podendo, durante o referido período, consultar o processo nos serviços jurídicos da Câmara Municipal de Vidigueira, sitos no Edifício dos Paços do Concelho, Praça da República, 7960-225 Vidigueira.

20 de dezembro de 2013. — O Presidente da Câmara Municipal, *Manuel Luís da Rosa Narra*.

307486242

Despacho n.º 355/2014

Manuel Luís da Rosa Narra, Presidente da Câmara Municipal de Vidigueira, torna público que, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, por deliberações da Câmara Municipal de 11/12/2013 e da Assembleia Municipal de 20/12/2013, foram aprovados o novo Regulamento de Organização dos Serviços Municipais e o Mapa de Pessoal para o ano de 2014.

26 de dezembro de 2013. — O Presidente da Câmara Municipal, *Manuel Luís da Rosa Narra*.

207496968

Regulamento n.º 10/2014

Manuel Luís da Rosa Narra, Presidente da Câmara Municipal de Vidigueira, torna público que, após o necessário período de apreciação pública, foi aprovado o Regulamento do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, Limpeza e Higiene Pública do Município de Vidigueira, por deliberações da Câmara Municipal de 13/11/2013 e de Assembleia Municipal de 20/12/2013.

Em cumprimento do disposto no n.º 5 do artigo 62.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, é agora publicado no *Diário da República* o Regulamento do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, Limpeza e Higiene Pública do Município de Vidigueira.

O referido Regulamento encontra-se também publicado na página da internet deste Município — www.cm-vidigueira.pt (em Apoio ao

Município — Normas e Regulamentos — Ambiente, Urbanismo e Ordenamento do Território) e disponível no respetivo serviço de atendimento, entrando em vigor 15 dias após a presente publicação no *Diário da República*.

26 de dezembro de 2013. — O Presidente da Câmara Municipal, *Manuel Luís da Rosa Narra*.

Regulamento do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, Limpeza e Higiene Pública do Município de Vidigueira

Preâmbulo

Em resultado do desenvolvimento tecnológico, implementação das várias atividades económicas, evolução de hábitos de vida e aumento do consumo, são produzidas quantidades de resíduos sólidos que, ao não serem sujeitos a uma gestão adequada e controlada, provocarão inevitavelmente a degradação do ambiente, da saúde e da qualidade de vida. Assim, uma correta gestão de resíduos urbanos só será possível com o envolvimento de todos os municípios e uma colaboração esmerada dos cidadãos.

Nos termos do regime jurídico dos serviços municipais de gestão de resíduos urbanos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, o Município de Vidigueira presta o respetivo serviço sob o modelo de gestão direta e deve dispor de um regulamento de serviço que defina, estruture e enquadre o seu relacionamento com os utilizadores e a forma de prestação do serviço.

O presente regulamento segue o modelo recomendado, bem como o parecer emitido pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), tendo sido objeto de apreciação pública.

Assim, nos termos do disposto nos artigos 112.º, n.º 8 e 241.º da Constituição da República Portuguesa, do preceituado no artigo 62.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, e, ainda, da alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º e alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi aprovado, por deliberações da Câmara Municipal de 13/11/2013 e de Assembleia Municipal de 20/12/2013, o novo Regulamento do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, Limpeza e Higiene Pública do Município de Vidigueira.

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Lei habilitante

O presente Regulamento é aprovado ao abrigo do disposto no artigo 62.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, e da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, com respeito pelas exigências constantes da Lei n.º 23/96, de 26 de julho, e do Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro, todos na redação atual.

Artigo 2.º

Objeto

O presente Regulamento define as regras a que obedece a prestação do serviço de gestão de resíduos urbanos, limpeza e higiene pública no Município de Vidigueira, bem como a gestão de resíduos de construção e demolição sob sua responsabilidade.

Artigo 3.º

Âmbito de aplicação

O presente Regulamento aplica-se em toda a área do Município de Vidigueira, às atividades de recolha e transporte do sistema de gestão de resíduos urbanos, bem como de limpeza e higiene pública.

Artigo 4.º

Legislação aplicável

1 — Em tudo quanto for omissis neste Regulamento, são aplicáveis as disposições legais em vigor respeitantes aos sistemas de gestão de resíduos urbanos, designadamente as constantes do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, e do Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro.

2 — A recolha, o tratamento e a valorização de resíduos urbanos observam designadamente os seguintes diplomas legais:

a) Decreto-Lei n.º 366-A/97, de 20 de dezembro, relativo à gestão de embalagens e resíduos de embalagens;